

OS INFLUXOS HEGELIANOS EM CHARLES TAYLOR - IDENTIDADE MODERNA, POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E ETICIDADE

The Hegelian influxes in Charles Taylor - Modern Identity, Recognition Policies and Ethical Life

Fabio Caprio Leite de Castro
PUCRS

Resumo: No debate cada vez mais urgente acerca das condições da democracia, sobressai-se o tema do reconhecimento de demandas individuais e coletivas. Na busca de uma avaliação consistente desse tema a obra de Charles Taylor apresenta-se como um importante balizador. Uma das preocupações centrais no pensamento do filósofo canadense é construir uma metodologia capaz de colocar em relevo a formação e a evolução do problema da identidade, eixo sem o qual o próprio discurso sobre a democracia e a participação política permanece no campo abstrato, viciado por múltiplos pressupostos não examinados. A suposta “emancipação do indivíduo” em relação à sociedade, seja celebrada, seja deplorada, é para Taylor uma visão simplista. Sua obra apoia-se na tese de que a “revolução expressivista” conduziu ao horizonte moral do discurso a questão da luta por reconhecimento. O primeiro objetivo deste artigo é contextualizar e explicitar o projeto filosófico de Taylor, tomando como eixo central o modo como ele ofereceu uma compreensão sobre o problema da identidade. A partir daí, pretende-se mostrar como a ética da autenticidade, articulada ao tema da identidade, fundamenta-se através da necessidade de reconhecimento. Por fim, será realizado um retorno interpretativo aos seus primeiros textos, que versam sobre a obra de Hegel, a fim de demonstrar a vitalidade do pensamento hegeliano no campo da eticidade contemporânea. Taylor realiza uma problematização do pensamento de Hegel de maneira única e que confere originalidade ao seu pensamento, colocando-o em diálogo com outros teóricos acerca da esfera pública e das teorias da justiça. Segundo a interpretação tayloriana, as duas tendências do Iluminismo identificadas por Hegel – o atomismo social utilitarista e o impulso para a liberdade absoluta através da realização da vontade geral – continuaram dando forma ao desenvolvimento da sociedade moderna. Ambas as tendências continuam a impactar nossas sociedades sobre as mais variadas formas de igualitarismo e de individualismo radical.

Palavras-chave: Taylor; reconhecimento; modernidade; eticidade

Abstract: In the increasingly urgent debate about the conditions of democracy, the theme of recognition of individual and collective demands stands out. In the search for a consistent evaluation of this theme the work of Charles Taylor appears as an important marker. One of the central concerns in the Canadian philosopher's thinking is to construct a methodology capable of highlighting the formation and evolution of the identity problem, without which the discourse on democracy and political participation itself remains in the abstract domain, addicted to multiple assumptions not examined. The supposed "emancipation of the individual" in relation to society, whether celebrated or deplored, is for Taylor a simplistic view. His work is based on the thesis that the "expressivist revolution" has led to the moral horizon of discourse the question of the struggle for recognition. The first objective of this article is to contextualize and clarify Taylor's philosophical project, taking as its central axis the way he offered an understanding of the identity problem. From there, it is intended to show how the ethics of authenticity, articulated to the theme of identity, is based on the need for recognition. Finally, an interpretive return will be made to his first texts dealing with the work of Hegel in order to demonstrate the vitality of Hegelian thought in the domain of contemporary ethical life. Taylor problematizes Hegel's thinking in a unique way and gives originality to his thinking, putting him in dialogue with other theorists about the public sphere and the theories of justice. According to the Taylorian interpretation, what happened was that the two Enlightenment tendencies identified by Hegel - utilitarian social atomism and the

drive for absolute freedom through the realization of the general will - continued to shape the development of modern society. Both trends continue to impact our societies on the most varied forms of egalitarianism and radical individualism.

Keywords: Taylor; recognition; modernity; ethical life

1. Introdução

A obra de Charles Taylor é um importante balizador para as discussões cada vez mais urgentes acerca do multiculturalismo e do reconhecimento. Uma das preocupações centrais no pensamento do filósofo canadense é construir uma metodologia capaz de colocar em relevo a formação e a evolução do problema da identidade, tema sem o qual o próprio discurso sobre a democracia e a participação política permanece no campo abstrato, viciado por múltiplos pressupostos não examinados. A suposta “emancipação do indivíduo” em relação à sociedade, por alguns celebrada, por outros deplorada, é para Taylor uma visão simplista. Ao contrário disso, sua obra apoia-se na tese de que a revolução expressivista conduziu a questão da luta por reconhecimento ao horizonte moral do discurso, traçando assim os novos delineamentos para a democracia.

O primeiro objetivo deste artigo, a partir da interpretação das obras seminais *Sources of the self* (1989) e *A secular age* (2007), é contextualizar e explicitar o projeto filosófico de Taylor, reconstruindo o eixo principal em torno do qual ele ofereceu uma compreensão sobre o problema da identidade. A partir daí, pretende-se mostrar, como a ética da autenticidade, articulada ao tema da identidade, se reporta ao tema da necessidade de reconhecimento, especialmente nos textos *Ethics of authenticity* (1991) e *Politics of recognition* (1992). Por fim, será realizado um retorno interpretativo a dois de seus primeiros textos, *Hegel* (1975) e *Hegel and modern society* (1979) que configuram uma profunda análise do pensamento hegeliano e lançam as bases para a sua atualização. Com isso, será possível mostrar como importantes críticas de Taylor ao utilitarismo, a Rousseau e a Kant inspiram-se em sua leitura de Hegel.

2. A identidade moderna e a secularização

Através de uma pesquisa extensa e complexa, Charles Taylor vem construindo ao longo de décadas um modelo de pensamento de inegável relevância, sobretudo por sua marcante inserção no debate das teorias e ciências sociais, oferecendo uma resposta precisa – nem otimista, nem pessimista – acerca aquilo que “modernidade” afinal significa. Como ponto de partida de nossa exposição, faremos a explicitação do núcleo do pensamento tayloriano.

Na medida em que teorias sociais fazem uso de termos como “sociedade”, “igualdade”, “liberdade”, “moralidade” e “personalidade”, não há como o pesquisador interessado nesses temas deixar de ingressar nos campos da epistemologia e da filosofia da linguagem, caso queira estabelecer um esclarecimento conceitual e a fundamentação adequada da sua hipótese de trabalho. Nesse sentido, Taylor procurou oferecer respostas no campo da filosofia política que abrangem igualmente esses campos, procurando mostrar as impropriedades do cientificismo e de suas consequências em teorias como o behaviorismo e o naturalismo.

Desde os anos 1960, Taylor participou dos esforços de revitalização da hermenêutica e do enfoque interpretativo em ciências sociais, integrando o assim chamado “*interpretative turn*”.¹ Já em seu primeiro grande livro, *The explanation of behaviour*, em 1964, Taylor dirige uma forte crítica ao behaviorismo,² apontando a inconsistência da sua concepção de comportamento. Influenciado nesse aspecto pela filosofia de Merleau-Ponty, um de seus principais argumentos é que o behaviorismo, a fim de escapar a qualquer formulação teleológica, utiliza-se do conceito de “estímulo” e, dessa maneira, opera um reducionismo da realidade e do contexto em que os múltiplos critérios de relevância perceptiva se produzem. A estratégia de Taylor é mostrar como o conceito de estímulo requer o conceito de “propósito”, evidenciando assim a incoerência e a fragilidade da tentativa naturalista e mecanicista de análise do comportamento sem qualquer explanação sobre os propósitos e intenções do agente que ela pressupõe. Na outra ponta da sua obra – em seu último livro, *The language animal*, de 2017 – Taylor procura mostrar que a linguagem é “mais multiforme do que usualmente se supõe”, no sentido de que a capacidade criativa vai muito além da codificação e da comunicação de informações.³ A sua investigação volta-se a certas chaves de leitura da concepção romântica de linguagem (Hamman, Herder e Humboldt), justamente a fim de propor um modelo de compreensão constitutiva da linguagem através da força criativa do discurso. Dessa maneira, Taylor realiza uma crítica hermenêutica ao cientificismo, bem como ao naturalismo e ao atomismo social dele decorrentes. Ao contrário dessas leituras redutoras do humano, não somos apenas uma coleção de indivíduos, tampouco somos explicáveis unicamente em termos

¹ LOSSO, Tiago. “A crítica de Charles Taylor ao naturalismo na ciência política”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, nº 39, jun. 2011, p. 96.

² TAYLOR, Charles. *The explanation of behaviour*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1964. Sobre esse texto e especialmente para uma comparação entre os percursos de Charles Taylor e de Alasdair McIntyre neste tocante, inspirados pelas investigações sobre a *ordinary language*, consultar: BLAKELY, Jason. *Alasdair McIntyre, Charles Taylor and the demise of naturalism – Reunifying political theory and social science*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2016, pp. 41-74.

³ TAYLOR, Charles. *The language animal*. Londres: Harvard University Press, 2016, pp. 64 e s.

naturais. Nossa participação na natureza e nossa vida em sociedade somente são compreendidas através de nossa *constituição linguística*. Em uma perspectiva hermenêutica, Taylor sustenta que não utilizamos meramente formações de palavras, somos constituídos como linguagem em sociedade.

No arco que vai da primeira até a sua última publicação, encontramos uma notável e permanente crítica a certas concepções científicas e de linguagem, que possuem implicações no âmbito das teorias e ciências sociais, especialmente na formulação de uma teoria política. Ao desenvolver a sua pesquisa, procurando sempre oferecer respostas contundentes ao cientificismo, ao naturalismo e ao utilitarismo, Taylor formulou, na esteira da tradição hermenêutica e com grande influência do pensamento hegeliano⁴, uma concepção original sobre a modernidade. As consequências da sua abordagem, mormente pela sua fundamentação do multiculturalismo, são de grande importância no debate atual no que tange às condições da democracia e da justiça.

Desde esse claro posicionamento, um dos pontos nevrálgicos de sua teoria é o modo como definimos e contextualizamos o problema da “identidade”, articulando-o ao estudo da modernidade. Sem a compreensão de como essa noção foi construída histórica e culturalmente, poderíamos ser levados a usá-la de modo indiscriminado e arriscado, desconsiderando as suas fontes morais e as dimensões históricas do debate valorativo sobre os bens na sociedade. O livro que marca o desenvolvimento dessa abordagem, a obra prima de Taylor, é *Sources of the Self – The making of the modern identity*, de 1989. Através da interrogação sobre identidade e as fontes do *self*, o livro procura construir o “ponto de partida para uma renovada compreensão da modernidade”.⁵ Em outras palavras, o tema da identidade é o fio condutor do projeto tayloriano para se compreender as revolucionárias transformações da sociedade e da cultura ocidental ao longo dos três últimos séculos.

Através de um método que ele mesmo chama de “analítico combinado com o cronológico”,⁶ Taylor procura oferecer uma resposta sobre o significado da “modernidade” em confronto com outras alternativas teóricas, tanto explícitas, em Foucault, Habermas e MacIntyre, quanto implícitas, na obra de outros autores. O que não satisfaz Taylor em tais análises é que a modernidade acaba sendo tomada ora como um momento superior da cultura, ora como a sua decadência.

⁴ Este aspecto da obra de Taylor será tratado ao final do presente artigo.

⁵ TAYLOR, Charles. *Fuentes del yo – La construcción de la identidad moderna*. Trad. Ana Lizón. Barcelona: Paidós, 1996, p. 11.

⁶ *Ibidem*, p. 12.

Alguns são otimistas e nos percebem como se tivéssemos ascendido a um *plateau* superior; outros apresentam uma imagem da decadência, de perda, de olvido. Nenhum dos dois me parece acertado; os dois ignoram completamente alguns dos mais importantes traços de nossa situação.⁷

Com a firme resolução de não recair em nenhuma dessas perspectivas, Taylor opta por uma metodologia complexa de análise e descrição histórica, atravessando a filosofia, a ciência, a arte e outras formas de expressão linguística, mostrando os processos que levaram à configuração do que podemos definir como “identidade moderna”. São fundamentalmente três dimensões nas quais a sua análise se concentra: (a) a interioridade humana ou sentimento de profundidade interior, perpassando a obra de filósofos como Agostinho, Descartes e Montaigne; (b) a afirmação da vida corrente que se desenvolveu no primeiro período moderno, envolvendo a reforma e a ilustração; e (c) a noção expressivista da natureza como fonte moral interior, ao final do século XVIII e séculos XIX e XX.

O ponto culminante dessa análise é o “giro expressivista”, através do qual a teoria da arte introduz “uma dimensão cósmica, chegando até o extremo de perceber a fonte não só como a natureza em nós, senão ligada à grande torrente de vida ou do ser, como fizeram a maioria dos grandes escritores românticos da época”.⁸ Para Taylor, somos ainda profundamente influenciados pelas obras desse período. Tudo aquilo que veio depois e que se costuma chamar de “pós-Romantismo” não teria rompido tão abruptamente a continuidade com o movimento romântico. Tanto a proposta de uma arte da natureza desespirtualizada apresentada pelo Realismo, quanto as epifanias da anti-natureza de Baudelaire e a violenta energia da natureza amoral em Schopenhauer⁹ não lograram romper totalmente com o Romantismo. Prova disso é que os modernistas se opuseram ao seu mundo reivindicando uma continuidade com os românticos.

As análises de Taylor convocam justamente à compreensão de como as múltiplas linhas de batalha derivadas dessas perspectivas românticas, pós-românticas e modernistas participam do jogo teórico do mapa das fontes morais na modernidade. Essas múltiplas linhas centram-se em três fontes principais: a fundamentação teísta, a fundamentação cientificista e o expressivismo romântico. Com base na análise dessas fontes, Taylor desenvolve críticas ao utilitarismo e ao anti-romantismo, este último popularizado pela recepção de Nietzsche na

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Idem*, p. 398.

⁹ *Idem*, p. 453, p. 457, p. 463.

França. Neste quesito, as críticas aproximam-se da leitura de Habermas.¹⁰ Por outro lado, Taylor opõe-se à concepção habermasiana de razão procedimental. Jessé Souza apreende claramente o principal ponto de divergência entre os filósofos: para Taylor, a anterioridade da linguagem faz com que os sujeitos não possam ser percebidos e reconhecidos como anteriores às relações comunicativas em um horizonte situacional preciso.

Ao contrário da perspectiva habermasiana, que pressupõe a possibilidade formal de um ponto de vista excêntrico e universalizável, essa posição excêntrica para Taylor não seria sequer possível, dado o círculo hermenêutico implicado na relação entre o agente e o contexto intersubjetivo insubstituível que o condiciona.¹¹

Paradoxalmente, racionalistas “desvinculados” necessitam utilizar noções como “realização”; anti-modernos terminam por evocar e buscar a realização de direitos, como igualdade e liberdade, em sua vida moral e política: “Todos são demasiado estreitos, desdenhosos e impetuosos para negar certos bens cuja validade aflora, se se faz um cuidadoso estudo da identidade moderna”.¹² Nesse sentido, a metodologia de Taylor se antepõe às opiniões que, diante dos dilemas da modernidade, tentam invalidar certos bens cruciais que fazem parte dos conflitos, recaindo em teorias paradoxais. É característico da imagem da identidade moderna tal como ela se desenvolve no tempo, que ela seja o lugar central dos bens constitutivos da vida moral e, mais ainda, que ela represente a diversidade dos bens sobre os quais pode haver uma pretensão válida.¹³

¹⁰ *Idem*, p. 532. A obra de Charles Taylor é marcada por um intenso diálogo com Habermas. Em muitos pontos as suas leituras da modernidade parecem ser compartilhadas. É incontestável a importância do livro *O discurso filosófico da modernidade* como ponto de referência desse debate, como, por exemplo, a leitura que Habermas faz de Hegel, bem como sobre o ponto de viragem da modernidade em Nietzsche, seguindo-se a isso uma leitura crítica às filosofias de Heidegger, Foucault e Derrida. (HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990, especialmente pp. 89-108, pp. 131-156 e pp. 157-177).

¹¹ SOUZA, Jessé. “Uma teoria crítica do reconhecimento”. *Lua nova*, nº 50, 2000, p. 140. Sobre esse mesmo ponto, no âmbito da teoria do reconhecimento, vale mencionar que o constitucionalismo de Habermas se contrapõe às análises de Taylor acerca das pretensões de grupos historicamente discriminados, especialmente pela oposição de um *self* pós-convencional a um *self* autointerpretativo. Sobre este tema, ver: BUNCHAFT, Maria Eugênia. “Entre diversidade profunda e patriotismo constitucional. O diálogo entre Habermas e Taylor”. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, vol. 37, nº 2, 2013, pp. 13-40. Ver também: HABERMAS, Jürgen. TAYLOR, Charles. “Jürgen Habermas and Charles Taylor in conversation”. *The immanent frame – secularism, religion and public sphere*, 20 de novembro de 2009. Disponível em : <https://tif.ssrc.org/2009/11/20/rethinking-secularism-jurgen-habermas-and-charles-taylor-in-conversation/>

¹² *Idem*, p. 533.

¹³ *Idem*, p. 524.

Dez anos depois da publicação de *Sources of the Self*, Taylor realiza as famosas *Gifford Lectures* em Edimburgo, na primavera de 1999. Uma parte delas é publicada no livro *Modern social imaginaries*, de 2004. Este mesmo texto e ainda outras partes da sua apresentação são retomados, revisados, aumentados e publicados em *A secular age*, de 2007. Trata-se, portanto, de um projeto que dá continuidade a *Sources of the Self*, através do qual o filósofo propõe esclarecer o processo que usualmente chamamos de “secularização”.¹⁴ A sua intenção é mostrar como o imaginário social moderno se relaciona com a moderna sociedade secular. Em outras palavras, a tônica de sua investigação passa a ser o estudo de como a sociedade moderna transformou as condições de crença e adesão no campo do debate público.

“Secular” pode assumir para Taylor três sentidos: (i) ausência da religião em práticas e instituições comunitárias; (ii) declínio e abandono de crenças e práticas religiosas; (iii) condições de crença, ou seja, disputa de adesão à crença na esfera pública.¹⁵ É este último sentido, embora esteja próximo do segundo e não desconectado do primeiro, que o pensador centra a sua investigação. É com base nele, por exemplo, que podemos distinguir entre um humanismo pré-moderno e um “humanismo exclusivo”, ou seja, autossuficiente e coextensivo ao secularismo moderno, incluindo diferentes versões, como o anti-humanismo, a desconstrução e o pós-estruturalismo.¹⁶ Embora o humanismo exclusivo seja amplamente disponível em nosso tempo, em diversas alternativas, Taylor não se diz convencido pela teoria de que a civilização moderna não pode deixar de considerar a “morte de Deus”.¹⁷ As suas investigações procuram mostrar como a secularização tornou possível um tal discurso, passando por fases distintas: (1) o “*turning point*” do deísmo providencial; (2) a era da mobilização (1850 a 1960); e (3) era da autenticidade (última metade do século XX). No entanto, contrariamente às aparências, Deus não foi totalmente removido do espaço público. O que para Taylor de fato foi eliminado é um certo modo de Deus estar presente nas narrativas fundacionais.¹⁸

Os recursos hermenêuticos empregados por Taylor levam-no a reconhecer no individualismo “expressivo”, responsável pela revolução cultural do Ocidente nas décadas recentes, um novo tipo de manifestação do expressivismo que havia caracterizado o giro

¹⁴ TAYLOR, Charles. *A Secular Age*. Cambridge: Harvard, 2007, p. IX. Acerca do método proposto por Taylor e, especialmente, como ele se opõe ao método genealógico celebrizado por Michel Foucault, ver: MARQUES, Alexandre Bacelar. “Charles Taylor: A secular age”. *Religião e Sociedade*, nº 29 (2), 2009, pp. 229-237.

¹⁵ *Ibidem*, p. 01-03.

¹⁶ *Idem*, p. 19.

¹⁷ *Idem*, p. 21.

¹⁸ TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Texto & Grafia, 2010, p. 177.

expressivista romântico. “Elites intelectuais e artísticas procuraram por um caminho autêntico de viver ou de se expressar eles mesmos ao longo do século XIX. O que é novo é que esse tipo de auto-orientação parece ter se tornado um fenômeno de massa”.¹⁹

Os múltiplos dilemas vividos na modernidade são atravessados por essa nova forma de individualismo, cujo desabrochar se fez possível sob certas condições. Entre elas, segundo Taylor, estão a afluência de estilos de vida de consumo, mobilidade social e geográfica, transformação das corporações, novos padrões familiares, *burn-out*, crescimento dos subúrbios.²⁰ Esses aspectos terminam por impulsionar o hedonismo e a nova cultura de consumo, além das revoltas da juventude contra o sistema nos anos 1960, que tomaram impulso contra o sufocamento da criatividade, individualidade e imaginação.

Atento à nossa sociedade contemporânea e seus desafios políticos, Taylor oferece com base em sua perspectiva hermenêutica uma metodologia para adentrar nas profundezas das heranças e tensões culturais. Com isso, de maneira contextualizada histórica e culturalmente, o filósofo procura mostrar como os membros da sociedade participam de um espaço no qual se estabelece o debate acerca de interesses comuns.

3. O imaginário social, a autenticidade e as políticas de reconhecimento

No cerne da investigação sobre o secularismo, Charles Taylor estabelece uma análise da visão da ordem moral moderna, dando relevo ao papel dos imaginários sociais na construção dessa ordem. O “imaginário social” caracteriza-se através pelas seguintes dimensões: (1) é o modo habitual como pessoas “imaginam” seu ambiente social; (2) é partilhado “por largos grupos de pessoas, se não por toda a sociedade”; (3) caracteriza-se como compreensão comum que possibilita “práticas comuns e um sentido de legitimidade amplamente partilhado”.²¹

A dimensão do imaginário social ganha enorme relevância no pensamento de Taylor, não apenas porque permite compreender através de que processos o secularismo progressivamente foi se produzindo na sociedade ocidental. Ademais, ele permite identificar certas condições para que se possa compreender aquilo que Habermas denominou esfera pública.²² “Que uma conclusão ‘conte como’ opinião pública reflete o fato de uma esfera pública

¹⁹ TAYLOR, Charles. *A Secular Age*, *op. cit.*, p. 473.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*, *op. cit.*, p. 31.

²² A dimensão da esfera pública é explicitamente tomada por Taylor desde o famoso tratamento que Jürgen Habermas lhe deu em 1962, no livro *Mudança estrutural da esfera pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. (Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: 1984). Na definição de Taylor, a esfera pública “é um espaço comum onde os membros da sociedade se encontram através de uma

só existir se for imaginada como tal”.²³ Ou seja, a esfera pública não seria efetiva e talvez não existiria se ela não fosse *imaginada*, se ela não contasse com uma transformação do imaginário social que constitui a sociedade moderna. Essa transformação caracteriza-se pelo fato de que as discussões locais se referem umas às outras e circulam a partir de fontes independentes, através de diversos meios em intercomunicação, como a televisão, o jornal da manhã, o debate radiofônico e, mais recentemente, é preciso adicionar, as redes digitais. O que mais diferencia esse modelo da esfera pública como espaço comum de debate é, segundo Taylor, o fato de que ele adquire certa autonomia em relação ao poder político, ou seja, um estatuto “extrapolítico”. Isso é o que lhe permite estabelecer dimensões internacionais globais de secularidade em sua metatópica.²⁴

No mundo contemporâneo, o imaginário social é extremamente complexo. Taylor não exclui em sua análise o lado mais obscuro desse imaginário, por exemplo, vinculado a uma espécie de sentimento de superioridade civilizacional.²⁵ Os deslocamentos operados pelo imaginário em um tempo secular carregaram consigo novas formas de narrativa histórica, incluindo suas versões mais violentas e totalitárias.

Embora o imaginário não se reduza à ideologia (pois ele pode ser construtivo e abrir novas possibilidades, tornando viáveis as práticas com sentido), Taylor não elide tampouco o fato de que muitos imaginários estão repletos de consciência ideológica e falsa. Por exemplo, ao tomarmos o sentimento de que cidadãos são iguais em um Estado democrático, na medida em que não apenas o tomamos como princípio legitimador – mas igualmente o imaginamos – ingressamos em um encobrimento e corremos o risco de desviar “nosso olhar de vários grupos excluídos ou debilitados, ou imaginando que a sua exclusão é obra deles”.²⁶

Essa perspectiva crítica resulta da concepção tayloriana que coloca em relevo o imaginário social no debate sobre as condições da esfera pública, desde uma teoria hermenêutica da identidade moderna e da secularização. Entretanto, há um aspecto que se torna absolutamente essencial para compreender como Taylor transita da sua investigação sobre as fontes morais do *self* e a secularização para a problematização que dialoga com a filosofia política contemporânea. A noção de reconhecimento cumpre um papel central nessa

variedade de meios – imprensa, eletrônica e também encontros face a face – para discutirem assuntos de interesse comum e, deste modo, formarem a seu respeito uma opinião comum.” (TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*, op. cit., 87).

²³ *Idem*, p. 88.

²⁴ *Idem*, p. 96.

²⁵ *Idem*, p. 176.

²⁶ *Idem*, p. 176 e seguintes.

passagem. Desde o final dos anos 1980, especialmente a partir da publicação de *Sources of the Self*, Taylor deu novos contornos à sua perspectiva sobre o reconhecimento.

A ética da autenticidade proposta por Taylor está intrinsecamente ligada à sua investigação da identidade moderna e da secularização. É no âmbito da reflexão sobre a autenticidade que se torna possível a compreensão e a fundamentação das políticas de reconhecimento. O desenvolvimento dessa perspectiva encontra-se especialmente no livro *Ethics of authenticity*, de 1991,²⁷ e no artigo *Politics of recognition*, de 1992,²⁸ republicado em 1994 – o qual que incorpora parte de dois capítulos do livro anterior e expande a sua análise para o caso do multiculturalismo no Canadá. Especialmente a partir deste artigo, Taylor construiu progressivamente um debate com diversos filósofos como Habermas, Walzer, Honneth e Frazer.²⁹

A tese central de Taylor no livro *Ethics of authenticity* é que a ética da autenticidade é algo relativamente recente e peculiar à cultura moderna, nascida de um confronto com o individualismo, a racionalidade desengajada e o atomismo que não reconhece os laços da comunidade.³⁰ A cultura da autenticidade contemporânea, cujos contornos foram estudados por Taylor ao longo de muitos anos de pesquisa, possui sua principal fonte no chamado “giro expressivista” e no Romantismo, os quais inauguram uma reflexão motivada pela tese do caráter dialógico da vida humana e de seus ideais comunitários. É nesse sentido que “o tópico do reconhecimento teve com antecedência o seu mais influente tratamento em Hegel”.³¹

Aquilo que se apresenta hoje como uma “escolha de si” narcísica – não no que concerne a importantes questões, mas em suas formas egocêntricas – não resulta do fato de que pertencem a uma cultura da autenticidade. Ao contrário, o relativismo das pequenas escolhas, em sua superficialidade “voa em face dos requisitos [da autenticidade]”.³² Eliminar as exigências que correspondem *ao self* equivale a suprimir suas condições e, portanto, corteja a banalização.

²⁷ TAYLOR, Charles. *The ethics of authenticity*. Cambridge : Harvard Press, 1991.

²⁸ TAYLOR, Charles. “Politics of recognition”. GUTMANN, Amy (org). *Multiculturalism*. New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 25-73.

²⁹ No mesmo livro *Multiculturalism*, em que Taylor publica o seu artigo, encontram-se o comentário de Michael Walzer (“Comment”. GUTMANN, Amy (org). *Multiculturalism, op. cit.*, pp. 99-104) e o famoso artigo de Habermas, “Struggles for recognition in the Democratic Constitutional State”. GUTMANN, Amy (org). *Multiculturalism, op. cit.*, pp. 107-148). Não poderíamos deixar de mencionar nesse debate a importância de textos como o livro de Axel Honneth, *The struggle for recognition – The moral grammar of social conflicts* (Trad. Joel Anderson. Cambridge: MIT Press, 1995) e o livro com textos de Nancy Fraser e Axel Honneth, *Redistribution or recognition? A political-philosophical Exchange*. Trad. Joel Galb, James Ingram e Christiane Wilke. Londres: Verso, 2003.

³⁰ TAYLOR, Charles. *The ethics of authenticity, op. cit.*, p. 25.

³¹ *Ibidem*, p. 49.

³² *Ibidem*, p. 40.

No diagnóstico de Taylor, as três formas de mal-estar contemporâneos – o individualismo, o desencantamento do mundo e a instrumentalização da razão³³ – estão de certa maneira implicadas nessa perda de visão mais ampla e autêntica que tematiza os laços comuns.

A confusão relativista e a descrença em ideais comuns poderiam nos fazer pensar que a escolha de si está fadada ao egocentrismo. No entanto, Taylor sustenta o contrário: “Autenticidade não é a inimiga das demandas que emanam desde além do *self*; ela supõe essas demandas”.³⁴ O conceito de reconhecimento faz o elo entre o plano íntimo, no qual nossa identidade é formada pelo contato com os outros, e o plano social, no qual encontramos políticas contínuas de equidade. Na contemporaneidade, o discurso do reconhecimento tornou-se familiar seja na esfera íntima da formação da identidade seja na esfera pública, onde as políticas de reconhecimento passaram a desempenhar um papel cada vez maior.³⁵

No artigo *Politics of recognition* Taylor oferece uma análise de como a necessidade e a demanda por reconhecimento no campo político vêm à tona em nome de grupos minoritários e daquilo que hoje se convencionou chamar “multiculturalismo”.³⁶ A questão que ele toma como ponto de partida de sua investigação é que o não-reconhecimento ou o mau reconhecimento causam um real dano, uma real distorção, terminam por exercer uma forma de opressão e o aprisionamento em um falso e reduzido modo de ser.

O falso reconhecimento não mostra apenas falta de respeito. Pode infligir uma ferida dolorosa, selando suas vítimas com um ódio de si incapacitante. O devido reconhecimento não é apenas uma cortesia que devemos às pessoas. É uma necessidade humana vital.³⁷

A fim de compreender como se estabeleceu teoricamente na modernidade o reconhecimento de necessidades e de demandas, Hegel uma vez mais aparece nas análises de Taylor, mas o seu objetivo neste artigo é ir um pouco mais para trás historicamente a fim de compreender a passagem que tornou essa problemática essencial em política. Segundo as análises históricas do filósofo canadense, duas mudanças tornaram inevitáveis a preocupação moderna com a identidade e com o reconhecimento. A primeira foi o colapso das hierarquias sociais baseadas na honra e a segunda foi o aparecimento do ideal de autenticidade.

³³ *Ibidem*, p. 01-12.

³⁴ *Ibidem*, p. 41.

³⁵ *Ibidem*, p. 49 e *idem*, “Politics of recognition”, *op. cit.*, p. 37.

³⁶ TAYLOR, Charles, “Politics of recognition”, *op. cit.*, p. 25.

³⁷ *Ibidem*, p. 26.

O ataque à honra formulado por Rousseau e a proposição por Kant de um modelo universalista e igualitário da dignidade dos seres humanos deram um golpe intenso nas hierarquias sociais controladas por um poder despótico. Por outro lado, o ideal de autenticidade, capaz de conectar o ser humano com o lado mais profundo de si, cumpriu igualmente um papel importante no declínio das hierarquias sociais do *Ancien Régime*. “Para muitos, a equalização afetou apenas direitos civis e de voto; para outros, ela estendeu-se à esfera socioeconômica.”³⁸

Segundo Taylor, as duas transformações – representadas pela afirmação universal da dignidade humana e a nova concepção de identidade – foram essenciais para o surgimento das políticas de reconhecimento, embora haja entre ambas um contraste inevitável. O desenvolvimento da noção moderna de identidade deu origem a uma política da diferença também em uma base universalista, o que contribuiu para a confusão desta demanda com o discurso sobre a dignidade. As tensões relativas ao reconhecimento produziram-se porque a singularidade das identidades terminou sendo subsumida pela universalidade do conjunto idêntico de direitos.

Com a política de igual dignidade, o que é estabelecido é para ser universalmente o mesmo, uma cesta idêntica de direitos e imunidades; com a política da diferença, o que somos solicitados a reconhecer é a identidade única desse indivíduo ou grupo, sua distinção de todos os outros. A ideia é que precisamente essa distinção foi ignorada, encoberta, assimilada a uma identidade dominante ou majoritária. E esta assimilação é o pecado principal contra o ideal de autenticidade.³⁹

Essa espécie de traição ao ideal de autenticidade é para Taylor uma fraqueza inerente aos liberalismos “cegos” que portam em si uma contradição pragmática, em que particularismos de identidades dominantes terminam por mascarar-se como se fossem universais. Os alvos principais dessa crítica são Rousseau e Kant.

A força com que Rousseau defendeu, ao lado da liberdade (não dominação) e da ausência de papéis diferenciados, a ideia de um propósito comum forte, dependente da vontade geral, é diagnosticada por Taylor como uma fórmula terrível de homogeneização da tirania.⁴⁰ Mesmo os regimes que apenas buscaram alinhar a igualdade e a liberdade, sem o terceiro elemento, terminaram por levar a regimes em que a margem para reconhecer a diferença tornou-se pequena.

³⁸ *Ibidem*, p. 38.

³⁹ *Ibidem*, p. 38.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 51.

Por outro lado, aqueles que consideram que os direitos individuais devem ter precedência sobre os objetivos coletivos falam desde uma perspectiva liberal que se tornou mais difundida no mundo anglo-americano. Essa versão do liberalismo enraíza-se no pensamento de Kant.⁴¹ Entre outros recursos, essa visão sustenta-se na ideia de que a dignidade humana se define em grande parte como autonomia, isto é, pela capacidade de cada pessoa se determinar por si mesma. Essa noção de dignidade acabou, porém, se associando menos com uma compreensão particular da boa vida e mais com o poder de defender para si mesmo uma determinada visão, evitando que alguns grupos se subordinem a outros. A popularidade da perspectiva de que o ser humano é sujeito de autodeterminação e uma expressão de si ajudaria a entender porque esse modelo de liberalismo tornou-se tão forte. Entretanto, Taylor procura mostrar como a política de igual respeito pode se tornar intolerante à diferença, justamente porque insiste na aplicação uniforme de regras, sem exceção, colocando em suspeita objetivos coletivos. Embora esse modelo não elimine as diferenças culturais, ele se torna “inóspito às diferenças”, pois não consegue acomodar os membros de sociedades distintas, que invariavelmente exigem algumas variações legislativas de um contexto a outro. Essas exigências constituem precisamente o caso do Quebec no Canadá, analisado por Taylor na última parte do seu artigo *Politics of recognition*.⁴²

4. Hegel e a eticidade na era pós-industrial

A última parte de nossa análise terá por foco a influência decisiva da filosofia hegeliana no pensamento de Taylor, levando-se em conta especialmente o seu diálogo com a hermenêutica filosófica e a sua crítica, de um lado, ao cientificismo, ao naturalismo e ao utilitarismo; e de outro, ao nietzschianismo e ao pós-modernismo. O tratamento dado por Taylor ao giro expressivista e ao romantismo, bem como o aparecimento do nome de Hegel em seus principais livros não são gestos fortuitos. Concentraremos nossos esforços neste ponto em compreender a notável hermenêutica que Taylor realizou da filosofia hegeliana, tornando-se responsável por uma das principais recepções deste pensamento na comunidade filosófica de língua inglesa. A influência de Hegel na obra de Taylor é sublinhada por alguns de seus comentadores⁴³, embora muitas vezes permaneça como uma dimensão confortavelmente

⁴¹ *Ibidem*, p. 57.

⁴² *Ibidem*, p. 60-61.

⁴³ Ver, por exemplo: SOUZA, Jessé. “Uma teoria crítica do reconhecimento”, *Lua Nova*, nº 50, 2000, p. 139-140; GIUSTI, Miguel. “Autonomía y reconocimiento”. *Ideas y Valores*, nº 133, abril, 2007, p. 40-44; CRISTI, Renato; TRANJAN, J. Ricardo. “Charles Taylor y la Democracia Republicana”. *Revista de Ciencia*

pressuposta ou pouco explorada. A nossa exposição terá por objetivo mostrar como o posicionamento de Taylor acerca da identidade moderna, da secularização e das políticas de reconhecimento, tal como antes apresentamos, é convocado pela leitura que o filósofo canadense fez da obra hegeliana.

O livro *Hegel*, publicado em 1975, dividido em seis partes, constitui um texto seminal que efetua não apenas uma análise da obra hegeliana, especialmente da *Fenomenologia do Espírito* e da *Lógica*, mas vai muito além disso, procurando mostrar, de modo global, como e sob quais condições a filosofia de Hegel se mantém viável em nosso tempo. Não é à toa que a sua conclusão se intitula *Hegel today*.⁴⁴ Alguns anos depois, em 1979, Taylor publica *Hegel and modern society*. Muito embora a modéstia do autor o leve a afirmar no prefácio que se trata largamente de uma condensação do livro anterior,⁴⁵ na realidade este segundo livro traz uma nova linguagem e outra organização das matérias tratadas. Há, por certo, pontos em comum entre os dois livros. No entanto, não se trata apenas de uma introdução mais acessível à obra hegeliana, mas de uma verdadeira incursão crítica no seu pensamento com vistas a refletir sobre problemas contemporâneos.

Taylor não tem a pretensão de defender, como os neo-hegelianos, a plausibilidade do sistema de Hegel, sem ou com correções. A sua posição é clara no sentido de que não podemos aceitar a solução hegeliana hoje: o que permanece em nosso tempo é o dilema da moderna democracia que ele se destinou a resolver, entre a moderna ideologia da igualdade e as liberdades individuais.⁴⁶ Taylor afirma, por exemplo, que a *Fenomenologia do Espírito* é mais impressionante e persuasiva como interpretação de certas passagens da história política e religiosa do que em seu argumento.⁴⁷ E nessa perspectiva, sublinhamos a importância do conceito de eticidade (*Sittlichkeit*), cuja utilidade mais do que compensa o uso que Hegel teria feito dele: “Não podemos aceitar a resposta de Hegel, mas a sua colocação do problema é ainda uma das mais agudas e penetrantes disponíveis para nós”.⁴⁸

Política, vol. 30, nº 3, 2010, pp. 603-605; CORTELLA, Sérgio “A política de reconhecimento em Hegel e Charles Taylor”. *Theoria – Revista eletrônica de filosofia*, vol. IV, nº 11, 2012, pp. 102-106; SAFATLE, Vladimir. “Por um conceito ‘antepredicativo’ de reconhecimento”. *Lua Nova*, nº 94, 2015, pp. 80-82; DALMOLIN, Luciano; NODARI, Paulo César. “Identidade no horizonte do reconhecimento: uma leitura a partir da filosofia de Charles Taylor”. CALGARO, Cleide; SANGALLI, Idalgo José. (Org.). *Ética, direitos humanos e socioambientalismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2018, pp. 252-260.

⁴⁴ TAYLOR, Charles. *Hegel*. Londres: Cambridge University Press, 1974, pp. 537-571.

⁴⁵ TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society*. Londres: Cambridge University Press, 1979, p. xi.

⁴⁶ TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society*, *op. cit.*, p. 116-118.

⁴⁷ TAYLOR, Charles. *Hegel*. Londres: Cambridge University Press, 1974, p. 216.

⁴⁸ TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society*, *op. cit.*, p. 129.

Antes de avaliar o potencial do pensamento hegeliano para a compreensão da nossa atualidade, Taylor discorre longamente sobre como ele está sintonizado com o seu tempo, na esteira da obra de Herder, do movimento da *Sturm und Drang* e das aspirações do Romantismo. Não apenas Hegel, mas também Schelling e Schleiermacher falavam em unir Kant e Spinoza, ou seja, o sujeito e o Todo.⁴⁹ Do mesmo modo, era tema em voga a possibilidade de união entre o melhor da vida antiga e da vida moderna, o que também podemos encontrar em Schiller, Schlegel, Hölderlin e outros.⁵⁰ Hegel alcança enorme sucesso e visibilidade pelo grau de persuasão com que procura combinar, no programa de sua obra, a autonomia radical com a unidade expressiva entre a natureza e a sociedade.⁵¹

No centro do problema hegeliano está uma tentativa de resposta à noção de *self* inaugurada na modernidade enquanto *self-presence*, que termina por desvincular o sujeito da ordem cósmica. A concepção moderna do *self* conduz a um atomismo subjetivo que se tornará disponível à psicologia e à política, produzindo consequências no âmbito do controle intelectual e tecnológico sobre o mundo.⁵² Esse modelo e as diversas divisões que ele instaura serão duramente atacados por Hegel e por sua geração, que terão como tarefa principal a busca da reconciliação entre o homem e a natureza. Ao oferecer uma resposta única e original a esses problemas, afirmando a comunidade como *incorporação* do Espírito, Hegel desenvolve uma nova concepção de *self* pela qual passam, na fenomenologia, as noções de reconhecimento e eticidade, tão expressivas da filosofia hegeliana e tão influentes no pensamento de Taylor.

No famoso capítulo *A post-industrial 'Sittlichkeit'*, Taylor nos lembra que o caso histórico paradigmático utilizado como figura na análise da eticidade é a polis grega. O tratamento oferecido por Hegel ao conceito de eticidade e de alienação inaugura um novo caminho para tratar das demandas de uma sociedade livre. Ademais, a eticidade não se restringe ou se modula pela "legitimidade", conceito advindo da ciência política moderna, pois opera no sentido de que "as instituições e práticas dão corpo a certas perspectivas de nós mesmos como seres individuais e sociais".⁵³ Para Taylor, o conceito de eticidade nos permite compreender mais precisamente aquilo que se descreve como "declínio da legitimidade". Muitas das teorias contemporâneas apontam como causa desse fenômeno o fato de que as instituições frustraram os objetivos das pessoas. Dessa maneira, "não se procura explicar a mudança na orientação das pessoas pela

⁴⁹ TAYLOR, Charles. *Hegel, op. cit.*, p. 34.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society, op. cit.*, p. 69; *Idem. Hegel, op. cit.*, p. 33.

⁵² *Idem. Hegel, op. cit.*, p. 07-11.

⁵³ *Ibidem*, p. 126.

evolução da sociedade ela mesma”.⁵⁴ O declínio da legitimidade não se deve em nosso tempo apenas ao modo como os indivíduos acedem ou falham em aceder aos bens em uma sociedade, mas muito mais ao modo como transformaram suas expectativas e perspectivas. Eis, portanto, o ponto que melhor distingue a perspectiva hegeliana do “*mainstream*” da ciência política liberal contemporânea.

Em contraste com o *mainstream* da ciência política para o qual as mudanças nos valores ou expectativas das pessoas permanecem como pontos de partida inexplicáveis em sua conta, ou devem ser explicadas em algum outro nível de análise, a explicação hegeliana tenta explicá-las em relação à evolução de a própria sociedade, entendida em termos das concepções subjacentes que ela incorpora e das definições de identidade que são essenciais para ela.⁵⁵

Taylor reconhece o erro de Hegel quando este descreve o “desenvolvimento” da sociedade moderna, no sentido de que a Revolução Francesa seria seguida por um período áureo no qual a nova *Sittlichkeit* baseada na Ideia iria conduzir à fruição social de todos. De fato, segundo a interpretação tayloriana, o que ocorreu foi que as duas tendências do Iluminismo identificadas por Hegel – o atomismo social utilitarista e o impulso para a liberdade absoluta através da realização da vontade geral – continuaram dando forma ao desenvolvimento da sociedade moderna.⁵⁶ Ambas as tendências continuam a impactar nossas sociedades sobre as mais variadas formas de igualitarismo e de individualismo radical.

Este é o ponto nevrálgico da leitura que Taylor faz de Hegel. Não se trata apenas de identificar a crítica de Hegel a essas duas tendências, mas de mostrar que, uma vez que a sua superação não se efetivou, permanecem elas ressoando e se produzindo impactos em nossa sociedade. Esta leitura marca profundamente toda a obra de Taylor, perpassando as suas investigações sobre a identidade moderna e a secularização, a ética da autenticidade e as políticas de reconhecimento.

Ademais, tomando como referência os livros de Taylor sobre Hegel, podemos entender mais claramente o sentido de sua crítica a Kant e a Rousseau em inúmeros pontos de sua obra, especialmente no artigo *Politics of recognition*, que citamos no item anterior deste artigo. Podemos perceber pela análise que fizemos deste artigo que Taylor absorve a crítica hegeliana tanto ao dualismo quanto ao formalismo em Kant. É por assumir uma noção formal de liberdade, afirma Taylor, que “Kant não consegue derivar a sua noção de organização política [*polity*]

⁵⁴ *Ibidem*, p. 127.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 129.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 130.

dela”.⁵⁷ Não por outra razão, enquanto Kant dá início a uma radical e nova concepção de moralidade, a sua teoria política é “decepcionantemente familiar”.⁵⁸ Com efeito, a filosofia moral kantiana será profundamente atacada por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*, sobretudo em razão da contradição de seus postulados. Kant não consegue escapar ao dualismo entre natureza e moral, perdendo com isso a harmonia entre moralidade e natureza, ou entre virtude e felicidade, cuja unidade terminava por ser postulada como trabalho divino.⁵⁹

Da mesma forma, Taylor parece subscrever a crítica de Hegel à liberdade absoluta que conduziu ao Terror na esteira da Revolução Francesa. O ponto básico da crítica hegeliana é que “a liberdade absoluta requer homogeneidade”.⁶⁰ Qualquer que seja a forma de participação e de deliberação dos cidadãos a respeito de seus direitos, concretamente é a maioria que termina por impor a sua vontade sobre as minorias. Ainda em nossos dias as políticas de homogeneização baseadas na ideologia da participação total, por exemplo, através de migrações populacionais ou assimilação forçada terminam por aumentar a alienação das minorias. Ademais, o sonho de uma liberdade absoluta não tolera quaisquer estruturas e diferenciações em que pessoas assumam diferentes funções, ou que o Estado se divida em diferentes Estados.⁶¹ Para Hegel, o problema do ideal rousseauniano é que ele se movimenta em uma aspiração na liberdade absoluta que engendra o Terror. “Uma vez que [a liberdade absoluta] não pode ter realização positiva, a sua única ação pode ser destruir”.⁶² A fúria destrutiva termina por destruir os indivíduos que ela vem a libertar.

Hegel expôs o vazio do eu livre e da vontade racional pura, em sua crítica à moralidade de Kant e à política da liberdade absoluta. E ele esperava superar esse vazio, dar ao homem uma situação, sem abandonar a noção de vontade racional. Isso era para ser feito mostrando o homem como o veículo de uma razão cósmica, que gerou suas articulações a partir de si mesmo.⁶³

O propósito de Taylor não está, portanto, em defender o Sistema hegeliano, ou arrancá-lo de seus inúmeros problemas internos, como o determinismo e uma eticidade baseada na Ideia. Taylor utiliza o pensamento de Hegel como motor para a compreensão da modernidade e de seus vários dilemas, já expressos na obra hegeliana. Desse modo, o retorno à obra de Hegel

⁵⁷ *Ibidem*, p. 78.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ TAYLOR, Charles. *Hegel*, op. cit., p. 190.

⁶⁰ TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society*, op. cit., p. 114.

⁶¹ TAYLOR, Charles. *Hegel*, op. cit., p. 185.

⁶² *Ibidem*, p. 186.

⁶³ *Ibidem*, p. 562.

orienta um percurso hermenêutico que visa compreender por que razões os dilemas da modernidade ainda não foram resolvidos.

Considerações finais

O pensamento de Taylor, suas opções teóricas e influências tornam-se mais claros quando nos aproximamos de suas perspectivas críticas. Vimos que o eixo central da sua obra se estabelece através de uma metodologia histórica e analítica sobre o tema da formação da identidade no contexto da modernidade, especialmente contra outros modelos teóricos como, de um lado, o cientificismo, o naturalismo, o behaviorismo e o utilitarismo; de outro, contra o nietzschianismo e o pós-modernismo. Na perspectiva tayloriana, enfatiza-se a importância do giro expressivista para compreendermos não apenas os dilemas da modernidade, mas sobretudo os problemas que ainda hoje permanecem à espera de solução em nossas democracias.

É nesse ponto que o tema do reconhecimento se torna fundamental, pois se torna referência no contexto dos debates políticos estabelecidos na esfera pública acerca das demandas individuais e sociais. Vimos que a perspectiva de Taylor sobre a secularização e o papel dos imaginários sociais no âmbito dos debates políticos e do multiculturalismo posiciona o seu pensamento de forma singular em relação aos outros teóricos do reconhecimento.

Procuramos mostrar ao final do nosso percurso a influência de Hegel sobre as críticas de Taylor a certas formas de permanência das concepções rousseauiana e kantiana no pensamento político contemporâneo. Embora, como enfatiza Taylor, a solução de Hegel seja inaceitável, o modo como encontramos em sua filosofia os dilemas da modernidade e, especialmente, o desenvolvimento do conceito de eticidade são de um profundo potencial reflexivo para o nosso tempo.

Referências

BLAKELY, Jason. *Alasdair McIntyre, Charles Taylor and the demise of naturalism – Reunifying political theory and social science*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2016.

BUNCHAFT, Maria Eugênia. “Entre diversidade profunda e patriotismo constitucional. O diálogo entre Habermas e Taylor”. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, vol. 37, nº 2, 2013, pp. 13-40.

CORTELLA, Sérgio. “A política de reconhecimento em Hegel e Charles Taylor”. *Theoria – Revista eletrônica de filosofia*, vol. IV, nº 11, 2012, pp. 102-120

CRISTI, Renato; TRANJAN, J. Ricardo. "Charles Taylor y la Democracia Republicana". *Revista de Ciencia Política*, vol. 30, nº 3, 2010, pp. 599-617.

DALMOLIN, Luciano; NODARI, Paulo César. "Identidade no horizonte do reconhecimento: uma leitura a partir da filosofia de Charles Taylor". CALGARO, Cleide; SANGALLI, Idalgo José. (Org.). *Ética, direitos humanos e socioambientalismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2018, pp. 252-273.

FRASER, Nancy; Axel Honneth. *Redistribution or recognition? A political-philosophical Exchange*. Trad. de Joel Galb, James Ingram e Christiane Wilke. Londres: Verso, 2003.

GIUSTI, Miguel. "Autonomía y reconocimiento". *Ideas y Valores*, nº 133, abril, 2007, pp. 39-56.

HABERMAS, Jürgen. "Struggles for recognition in the Democratic Constitutional State". GUTMANN, Amy (org). *Multiculturalism*. New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 107-148.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: 1984.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, Jürgen; TAYLOR, Charles. "Jürgen Habermas and Charles Taylor in conversation". *The immanent frame – secularism, religion and public sphere*, 20 de novembro de 2009. Disponível em: <https://tif.ssrc.org/2009/11/20/rethinking-secularism-jurgen-habermas-and-charles-taylor-in-conversation/>

HONNETH, Axel. *The struggle for recognition – The moral grammar of social conflicts*. Trad. Joel Anderson. Cambridge: MIT Press, 1995.

LOSSO, Tiago. "A crítica de Charles Taylor ao naturalismo na ciência política". *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, nº 39, jun. 2011, pp. 91-101.

MARQUES, Alexandre Bacelar. "Charles Taylor: A secular age". *Religião e Sociedade*, nº 29 (2), 2009.

SAFATLE, Vladimir. "Por um conceito 'antepredicativo' de reconhecimento". *Lua Nova*, nº 94, 2015, pp. 79-116.

SOUZA, Jessé. "Uma teoria crítica do reconhecimento". *Lua nova*, nº 50, 2000, pp. 133-158.

TAYLOR, Charles. "Politics of recognition". GUTMANN, Amy (org). *Multiculturalism*. New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 25-73.

TAYLOR, Charles. *A Secular Age*. Cambridge: Harvard, 2007.

TAYLOR, Charles. *Fuentes del yo – La construcción de la identidad moderna*. Trad. de Ana Lizón. Barcelona: Paidós, 1996.

TAYLOR, Charles. *Hegel and modern society*. Londres: Cambridge University Press, 1979.

TAYLOR, Charles. *Hegel*. Londres: Cambridge University Press, 1974

TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Texto & Grafia, 2010.

TAYLOR, Charles. *The ethics of authenticity*. Cambridge : Harvard Press, 1991.

TAYLOR, Charles. *The explanation of behavior*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1964.

TAYLOR, Charles. *The language animal*. Londres: Harvard University Press, 2016.

WALZER, Michael. "Comment". GUTMANN, Amy (org). *Multiculturalism*. New Jersey, Princeton University Press, 1994, pp. 99-104.

Doutor em Filosofia (Universidade de Liège, Bélgica)
Professor de Filosofia (PUCRS)
E-mail: facaprio@hotmail.com